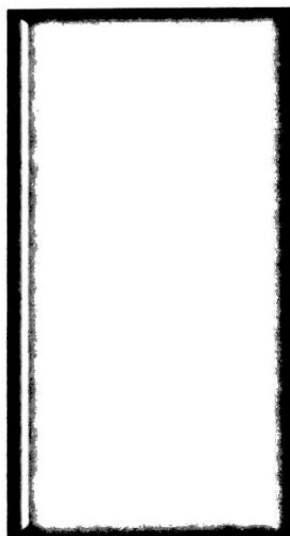


Eliete Jussara Nogueira ()*
*Marilim Elizabeth Silva Capitanini (**)*

Construção social das etapas da vida: reflexões sobre a velhice.

(*) Psicóloga. Professora na Universidade de Sorocaba – UNISO.
Doutoranda em Psicologia Educacional pela UNICAMP.

(**) Psicóloga. Docente da PUC - Minas, Campus Poços de Caldas.
Mestranda em Psicologia Educacional pela UNICAMP.



RESUMO

Este trabalho reflete sobre a construção social de categorias etárias e, em especial, sobre a categoria “velhice”. Enfrentando o desafio do olhar das ciências sociais, pretendeu-se estabelecer pontes entre o envelhecimento e a influência do contexto social, reconhecendo a diversidade cultural na construção de categorias etárias e a influência social na invenção da categoria “velhice”, com algumas referências, em especial, à representação da velhice na mulher.

ABSTRACT

This work deals with the social construction of age-groups and, in special, with the so-called “old age”. By facing the challenge of the social sciences viewpoint, the authors intend to establish links between aging and the social context influences, acknowledging the cultural diversity in the construction of age-groups and the social influence on the making up of the “old age group” with some special references as to the meaning of old age for women.

Na perspectiva iluminista, o estudo do homem baseava-se no paradigma de uma natureza humana constante, independente do tempo, do lugar, do contexto, das profissões, dos papéis sociais, enfim, independente do envolvimento do homem com o espaço em que vive. Através de pesquisas antropológicas, estudos de comunidades diferentes das ocidentais, ditas “primitivas”, constatou-se que conceitos até então considerados naturais ao ser humano, universais e irreversíveis, não se aplicavam às comunidades pesquisadas; surge, então, a necessidade de relativizar os costumes, particularizar os lugares, criar o conceito de cultura. Para relativizar socialmente o nosso olhar sobre determinado fenômeno necessitamos entender o conceito de cultura. Escolhemos o conceito de cultura, dentro do enfoque interpretativo, pois tem impacto no conceito de homem:

Quando vista como um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento, fontes de informação extrassomáticas, a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um. Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas. (Geertz, 1989, p.5)

Estudar qualquer grupo social implica a interpretação dos significados dos costumes, dos modos como se organizam, dos simbolismos, dos objetos que utilizam que, aparentemente estranhos ou incompreensíveis à primeira vista, refletem uma relação ordenada da vida social, com sentido para esse grupo especificamente. Contextualizar o grupo a ser estudado significa penetrar nos meandros da sua história, interpretando seus significados, com a coerência ideológica do próprio grupo.

Dessa forma, pode-se entender que é possível obter um universal da humanidade - a construção social da cultura, realizada por todo grupo social - e, ao mesmo tempo, resgatar o particular, pois cada cultura ordena seus sistemas de símbolos de maneira única. Portanto, se estamos interessados em estudar determinado grupo social, precisamos olhar para a maneira como ele organiza seus símbolos, como constrói suas categorias e como estas influenciam no comportamento do grupo em questão.

Habwachs (1935, in Lenoir 1989) apresenta a construção da categoria idade como uma prática social. Defendendo que a idade não é um dado natural,

exemplifica que, caso um ser humano fosse isolado de qualquer tipo de relação social, não saberia se está envelhecendo ou não, pois a idade é uma noção apoiada na experiência social, na relação de comparação com diversos membros do grupo. A classificação por idade estabelece, então, uma redefinição de poderes ligados a diferentes momentos do ciclo da vida, reflete a luta entre as gerações pelo poder.

A construção de categorias é fundamental para a sociedade se constituir, organizar-se; torna-se importante, então, entender o processo social dessas construções, a fim de identificar as representações sociais que correspondem às imagens, normas, modelos de comportamento e de pensamento que explicam a realidade específica, que se constrói através das trocas nos processos interativos.

Construção social de categorias etárias

As etapas da vida - infância, adolescência, fase adulta e velhice - recebem um sentido particular em diferentes contextos históricos, sociais e culturais, específico para cada sociedade. A literatura sociológica e, principalmente, antropológica, tem um número muito grande de exemplos de como as diferentes sociedades tratam as etapas da vida, demonstrando que o referencial cronológico, a idade, não é um fator natural, universal, nem o único fator explicativo dos comportamentos humanos.

A categoria etária, representada pelo número de anos da pessoa, é o resultado de uma prática social, uma medida abstrata que, em certas sociedades, pode ser explicada pela necessidade administrativa de identificar os indivíduos para controle da população, arrecadação de impostos, inserção na escola, no trabalho, etc. A utilização da idade como critério classificatório apareceu na França, século XVI, segundo Ariès (1973, in Lenoir 1989), no momento de generalização da inscrição do nascimento nos registros paroquiais; portanto, não podemos interpretar a idade dos indivíduos fora do contexto no qual ela foi criada.

Na perspectiva do curso de vida, suas fases devem ser entendidas como processos biológicos, elaborados de forma simbólica, através de rituais que definem as fronteiras entre as idades pelas quais os indivíduos passam, e em cada sociedade recebem critérios específicos do seu contexto. (Debert, 1994)

De maneira ampla, podemos pensar em três etapas de periodização da vida, a fim de entender um pouco o contexto da história da civilização: pré-modernidade, modernidade e pós-modernidade.

Na pré-modernidade, a categorização da idade não existia até o fim da Idade Média; na França, segundo Ariès (1981), nesse período a criança não era separada do adulto, participando integralmente da vida social e do trabalho adulto; com o advento da escola, as crianças, que a freqüentavam, aumentavam o tempo de ingresso no mundo adulto, introduzindo, então, uma etapa intermediária na vida. A escola tinha como objetivo a educação do indivíduo como um todo, não era voltada à educação infantil especificamente, mas, gradualmente, uma mudança se iniciou a partir do século XVII, separando as crianças por idade em classes escolares distintas.

A noção de infância foi, então, se desenvolvendo ao longo dos séculos e, gradualmente, a criança foi sendo tratada com especificidade; a criação da pedagogia, psicologia do desenvolvimento, pediatria deram o amparo científico ao novo conceito, assim como práticas sociais, brinquedos adequados, segundo a faixa etária, roupas e comportamentos esperados em crianças e não mais em adultos afirmavam as diferenças, ampliando assim o espaço entre a criança e o adulto.

Com a modernidade, os estágios da vida foram definidos e separados, utilizando-se como critério principal a idade cronológica. O período de cronologização da vida foi institucionalizado em todos os níveis e setores da existência do indivíduo: no sistema educacional, produtivo, familiar, organizações sociais, políticas, regulamentando as etapas do nascimento até a morte, alargando a distância entre adultos e crianças e caracterizando mais uma etapa da vida. A modernidade caracteriza-se então pela importância exagerada ao critério cronológico, principalmente em sociedades técnicas.

O curso da vida na pós-modernidade tem como característica a relativização das normas de cada estágio da vida, próprio das mudanças na contemporaneidade, e indica a necessidade de uma sociedade onde a idade passa a ser irrelevante, ou seja, segundo Moody (in Debert, 1997), as fronteiras que demarcam os estágios de vida, estereótipos e padrões de comportamento baseados em idades são derrubadas em favor de valores e estilos de vida, independentemente de um grupo etário específico. A contribuição da mídia eletrônica tem sido relevante, ao impor novas formas de comportamentos que anulam o que antes era

considerado adequado para determinada faixa etária. Caracteriza a pós-modernidade a descronologização, o repensar dos padrões rígidos relacionados à idade.

Dessa forma, podemos observar que o enfoque da construção social da categoria idade revela particularidades culturais, que nos obriga a relativizar conceitos antes considerados universais. O mesmo se repete com estudos de comunidade, contribuindo para uma visão diversificada da sociedade, que ajuda muito a repensar valores, crenças e costumes da sociedade ocidental.

A categoria velhice

Comumente, a categoria velhice está associada ao ciclo de vida biológico, o que implica pensar essa categoria como natural, universal, ou seja: velhice é o destino biológico natural de todo ser humano. Porém, a forma de se pensar a velhice apenas como fenômeno biológico descarta a variável do contexto social no qual o homem está inserido, mostrando as diferenças significativas de conteúdo.

A velhice, assim como outras categorias etárias - infância, adolescência por exemplo - são construções sociais e retratam a forma como a sociedade concebe as etapas da vida, de acordo com a ideologia vigente, o momento histórico, as necessidades organizacionais do grupo, enfim, variáveis do contexto social. “*O envelhecimento é um processo biológico, conceptualizado culturalmente, socialmente construído e conjunturalmente definido.*” (Lima e Viegas, 1988, p.149). A noção de pessoa varia de sociedade para sociedade, estando associada a um ideal do ser social. “*A categoria de pessoa é construída socialmente de diversas formas: cada sociedade, cada cultura, tem sua ‘pessoa’ e, portanto, o seu envelhecimento.*” (Idem. p.150)

De modo semelhante à construção de outras categorias etárias, o conceito de velhice foi criado a partir de mudanças sociais que impulsionaram, também, a criação de órgãos e instituições voltadas para essa nova fase do desenvolvimento humano. Da mesma maneira, a invenção da “terceira idade”, que tende a se intercalar entre a aposentadoria e a velhice, é o resultado da generalização de sistemas de aposentadoria e da intervenção de instituições e agentes (geriatras, gerontólogos, etc.) que, especializando-se no trato com a velhice, contribui para a afirmação da categoria e da população que ela designa.

Sua invenção corresponde a mudanças no processo produtivo que levaram à ampliação dos setores médios assalariados. A invenção desta nova etapa na vida é acompanhada de um conjunto de práticas, instituições e agentes especializados, encarregados de definir e atender às necessidades dessa população que, a partir dos anos 70 deste século, em boa parte das sociedades européias e americanas, passará a ser caracterizada como vítima da marginalização e da solidão. (Debert, 1994, p. 11)

Ao estudar a categoria velhice, é essencial que se especifique a sociedade em que ela está inserida, buscando entender a forma pela qual essa sociedade concebe as etapas da vida, de acordo com a ideologia da época, para poder explicar os simbolismos da velhice, ao longo de sua história.

Numa perspectiva da teoria do curso de vida, pessoas idosas não poderiam ser consideradas simplesmente como um grupo homogêneo, mas sim como “cohort” em movimento, através da história; influenciado pela interação entre momentos individuais, momentos coletivos e momentos históricos. Nesse enfoque os estereótipos do “velho típico” são questionados, pois as características do comportamento de um idoso vão estar intimamente ligados a sua experiência de vida, ao modo como ele interagiu com os vários contextos que se apresentaram ao longo de sua vida (Hareven, 1986).

O estudo do envelhecimento e dos preconceitos relacionados com a velhice passa por uma discussão ligada à criação das categorias etárias ou de indicadores de envelhecimento humano. Em determinadas sociedades periodiza-se a vida, segundo padrões e especificidades das representações sociais; os indicadores de envelhecimento podem advir da idade biológica, presença de desequilíbrios biológicos; da idade funcional, alterações nas capacidades de adaptação; idade psicológica, maturidade, capacidades adaptativas; idade social, mudanças em papéis sociais; e idade cronológica, ponto de referência numérico. Dependendo do contexto histórico-social, cada sociedade elege um tipo, ou mais, de demarcadores das etapas de desenvolvimento do ser humano, reafirmando que a velhice, na sociedade ocidental, é uma invenção social.

A velhice não é uma categoria que advém naturalmente com a idade, mas é construída na relação entre as gerações e pela distribuição do poder e dos privilégios entre as diversas classes etárias. Resulta do estado (variável) de relações de força entre as classes e, em cada classe, de relações entre as gerações da distribuição do poder e dos privilégios entre as classes e entre as gerações (Lenoir, 1989, p.67).

Discussão

A elaboração de critérios de classificação do mundo social se fundamenta em princípios tais como sexo, idade, etc; não têm uma origem natural ou universal, mas são construídos socialmente e estão associados, geralmente, à aparição de instituições e de agentes especializados que encontram nessas definições o fundamento de sua atividade.

Em nossa sociedade, um dos indicadores do envelhecimento, até bem pouco tempo, era a aposentadoria, mas com a precocidade do evento, há uma tendência a desconsiderá-la; presença forte nas representações da velhice é a associação com a decadência física, e cada vez mais o indivíduo é considerado como o único responsável por sua aparência. Gradativamente, novas categorias culturais são adequadas à pessoa idosa, como um conjunto de práticas específicas para a idade; no campo do saber é criada a Gerontologia, responsável pelo estudo das questões relacionadas ao envelhecimento. Junto, porém, a concepção de velhice acompanha um certo medo de se tornar fraco, inativo, isolado; este medo se justifica em nossa sociedade que valoriza apenas o jovem e as novidades, onde tudo é descartável, e o valor das pessoas se mede pela sua produtividade; se não produz, não interessa para a sociedade; nesse contexto, o velho perde o valor e passa a ser um peso que incomoda.

Na mulher, a representação da velhice está associada à decadência física, principalmente, depois do evento da menopausa, caracterizado por acentuadas perdas físicas. No Brasil, o envelhecimento é tipicamente feminino, a periodização da velhice na mulher é mais nítida; esteticamente e numa cultura machista, o aspecto físico do homem velho é mais tolerado, podendo ele facilmente envolver-se com mulheres mais novas, sem preconceitos. A imagem da velhice na mulher ainda é diferenciada; há preconceito sobre o envolvimento sexual de mulheres mais velhas com jovens, cobra-se um corpo dentro dos padrões de juventude, cabelos tintos, pele sem rugas, etc. Cada vez mais o indivíduo é responsabilizado pelo seu próprio envelhecimento e isto afeta a sua auto-estima, o que leva muitas mulheres a se sentirem “culpadas”, por não conseguirem o idealizado padrão social de beleza. Por outro lado, mais mulheres que homens participam de grupos de convivência, universidades abertas, buscando novas formas de envelhecer. A mobilização das pessoas em busca de socialização, atividades intelectuais, etc., rompe o estigma do isolamento que fará com que

questões sobre envelhecimento deixem o domínio privado da família, da medicina, da religião, para influenciar o conhecimento e a construção de novas representações da velhice.

Todas as imagens da velhice estão intimamente ligadas à cultura e ao processo de educação diferenciado em cada sociedade, bem como aos papéis que as pessoas executam nas diferentes fases da vida. A trajetória pessoal e o contexto histórico-social, ao longo do curso de vida, são fundamentais para a construção das categorias etárias, e para a categoria velhice estudos apontam mudanças de comportamento e atitudes, principalmente, no que se refere à cronologização da velhice, até porque o número de idosos tem aumentado, assim como a expectativa de vida. Porém, não podemos nos iludir pensando que essas mudanças são acompanhadas de atitudes mais tolerantes com relação aos períodos da vida; devemos entender que o curso da vida, como construção social e cultural, implica observar os limites que a sociedade impõe à nossa capacidade de inscrever a cultura na natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flakasman. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
2. DEBERT, Guita Grin. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, 1997, Vol 5, nº1, p.120-128.
3. ____, A aposentadoria e a invenção da “Terceira Idade”. In *Textos Didáticos - Antropologia e Velhice*. Campinas, SP, IFCH, UNICAMP, nº 13, março de 1994.
4. ____, A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **Lua Nova**, São Paulo, CEDEC, 1996.
5. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
6. HAREVEN, Tamara. Historical changes in the social construction of the life course. **Human Development**, 1986 (29), p.171-180.
7. LENOIR, Remi ; Champagne, P. Merllié, D. e Pinto, L. **Initiation à la pratique sociologique**. Paris: Dunod, 1989.
8. LIMA, Antónia Pedroso de & VIEGAS, Suzana de Matos. A diversidade cultural do envelhecimento: a construção social da categoria velhice. **Psicologia**, 1988 (VI), 1, p.149-158.